

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º , DE 2017

(Do Sr. Vitor Valim)

Solicito informação ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre as fraudes detectadas pela Operação Carne Fraca.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos art. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V.Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o seguinte pedido de informações:

A Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, revelou o esquema de pagamento de propina a fiscais agropecuários para liberar carnes adulteradas sem fiscalização.

De acordo com o polícia, as empresas teriam usado substâncias para “maquiar” a aparência de carnes podres, cometendo irregularidades na rotulagem e na refrigeração das peças e usado em frangos, mais água do que o permitido.

Dezoito mercados já adotaram algum grau de restrição à entrada da carne brasileira. Outros quatro mantiveram o mercado aberto, entretanto aumentaram a fiscalização e três enviaram pedidos de informação.

As exportações brasileiras de carnes já caíram 99,9%. Antes da divulgação das fraudes, o valor médio diário era de US\$ 63 milhões. No dia 21/03/2017, totalizaram apenas US\$ 74 mil.

A situação é gravíssima, tanto no que se refere ao consumo externo, quanto ao consumo interno. O país tem muito a perder.

Preocupado com a situação indagamos:

1. Quais as providências que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tomou quanto à identificação e punição dos servidores envolvidos na Operação Carne Fraca?

2. Quais as providências no que se refere à fiscalização dos frigoríficos acusados?

3. Quando serão divulgadas informações sobre os produtos investigados, com seus respectivos lotes e datas de fabricação?

4. Já foram realizados testes laboratoriais nesses produtos?

5. Que dispositivos do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal- RIISPOA o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pretende alterar, visando evitar as supracitadas fraudes?

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado VITOR VALIM